

Estamos organizando o Grito da Terra Brasil-1995 para dar continuidade às grandes mobilizações que ocorreram de norte a sul do País, em maio de 94. No período de 5 a 16 de junho, os trabalhadores do campo estarão novamente nas ruas. É o Grito da Terra Brasil por um país melhor, sem fome, sem violência e com trabalho.

Assalariados, pequenos produtores, sem terra, pescadores, seringueiros, povos indígenas, atingidos por barragens estão unidos por uma proposta nova de desenvolvimento sócio-econômico para o Brasil. São homens, mulheres e crianças que exigem uma vida digna e com oportunidade para todos.

#### Por isso, queremos:

- o condições de produção e comercialização para a agricultura familiar e para pesca artesanal;
- o justa distribuição de terras e da riqueza;
- o demarcação das terras indígenas;
- o fim da violência no campo;
- o cumprimento dos direitos sociais e trabalhistas;
- o previdência pública;
- o preservação ambiental;
- o política energética compatível com os interesses sociais.

## Política agrícola

Nos últimos 30 anos, cerca de 30 milhões de pessoas abandonaram o campo. Elas não tiveram condições mínimas para sobreviver e fugiram para os centros urbanos, contribuindo para ampliar a miséria ao redor das grandes cidades. Hoje, estima-se que 4 milhões famílias formam um contingente de trabalhadores sem terra, castigados pela fome e pela completa ausência de alternativas para sobreviver. O governo reconhece que metade da população, considerada indigente, está no campo.

No Brasil, quem pode produzir passa fome e vive na indigência.

#### Nossas Propostas:

- Ampliação e melhoria do Provape (Programa de Valorização da Pequena Propriedade) garantindo recursos de R\$ 1,5 bilhão para custeio e investimento, incluindo, entre os beneficiários, os pescadores artesanais, pequenos garimpeiros e extrativistas;
- Sobre os créditos liberados, via Provape, deverão incidir juros de 4% ao ano, sem correção monetária;
- Garantia de compra da safra pela AGF (Aquisição do Governo Federal) e 30% de prêmio sobre o preço único;
- Adoção do sistema de equivalência produto plena, tendo como referência os preços recebidos pelos agricultores no mercado;
- Garantia de recursos para compra, pelo governo federal, dos produtos da cesta básica, produzidos por mini e pequenos agricultores, protegidos pela política de preços mínimos, incluindo verba para a aquisição emergencial da safra 94/95;
- Revisão imediata das alíquotas de importação dos produtos agrícolas que afetem diretamente os agricultores em regime de economia familiar, estabelecendo índices adequados aos produtos que sofrem concorrência com os importados;
- Renegociação das dívidas dos pequenos agricultores, em condições e prazos adequados para pagamento;

# Trabalhadores do campo se unem por uma vida melhor

Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, pescadores, seringueiros, atingidos por barragens e povos indígenas estão unidos, mais uma vez, para reivindicar seus direitos. As mudanças de governo não têm contribuído em nada para garantir melhores condições de vida aos os trabalhadores do campo e da cidade. Homens, mulheres e crianças do campo continuam excluídos do desenvolvimento econômico. As políticas públicas não chegam às áreas rurais. É crescente a violência contra aqueles que produzem a comida que chega à mesa da maioria dos brasileiros e o governo, de braços cruzados frente a esta realidade, promete combater a fome e a miséria.

□ Ao mesmo tempo em que o Brasil tem a 9ª economia mais desenvolvida do mundo, o povo brasileiro está colocado no 76º lugar em condições de vida, alfabetização, saneamento básico e moradia.

□ A cada semana um trabalhador rural é assassinado devido aos conflitos agrários. Em 1994, 237.501 pessoas foram envolvidas em conflitos agrários.

□ Só no ano passado foram registrados 25.193 casos de trabalho escravo contra 19.940 em 1993

□ Mais de 4,4 milhões de crianças, entre 10 e 17 anos de idade, trabalham mais de 40 horas semanais na zona rural. Desse total, 57,8% não recebem remuneração pelo trabalho executado;

□ O Brasil é o país com maior concentração de riqueza do mundo. Os 10% mais ricos detêm 48% da renda nacional e os 10% mais pobres ficam com menos de 1% dessa renda;

□ 46% das terras estão nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais.

□ Os pequenos agricultores, responsáveis pela maior parte dos alimentos no Brasil, não recebem incentivos para aumentar a produção. Eles não têm crédito de investimento, assistência técnica e acabam sendo obrigados a deixar o campo e ir para as cidades.

□ O crédito rural no Brasil, em 1980, era de 24 bilhões de dólares e, hoje, é menos de 5 bilhões.

## Reforma agrária

A democratização da terra é fundamental para a geração de empregos e para elevar a produção e oferta de alimentos.

Dos 850 milhões de hectares de área territorial brasileira, 376 milhões estão ocupados por estabelecimentos rurais. Os imóveis com área superior a mil hectares correspondem a mais de 55% da área total, representando menos de 1% do número de estabelecimentos rurais.

Os latifúndios detêm 166 milhões de hectares de terra aproveitáveis e não exploradas. São terras que nada produzem, mas que dão aos seus proprietários condições de se beneficiarem dos créditos subsidiados, dos incentivos fiscais e dos investimentos governamentais.

Em contrapartida, 4 milhões de famílias vivem em situação miserável no campo. Para que estas famílias participem do processo produtivo, contribuam para o aumento da oferta de alimentos e do mercado consumidor seriam necessários 160 milhões de hectares, divididos em parcelas 40 hectares. Cada família assentada emprega, diretamente, três pessoas, o que possibilitaria a criação de 12 milhões de empregos diretos.

### Nossas Propostas

■ Assentamento imediato de todas as famílias acampadas

■ Desapropriação imediata de todas as áreas de conflito e daquelas ocupadas por trabalhadores rurais

■ Imediata arrecadação das terras públicas para fins de reforma agrária

■ Atendimento emergencial à todas as famílias acampadas (alimentação, serviço médico, etc)

■ Imissão imediata na posse das áreas desapropriadas

■ Liberação de R\$ 250 milhões para o Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária)

■ Vinculação do Inca à Presidência da República, dotando-o de recursos e condições suficientes para executar suas atribuições

■ Criação de conselho paritário no Inca nas suas superintendências estaduais, composto por representantes de trabalhadores e do Estado, para a formulação, acompanhamento, fiscalização e indenização das ações de reforma agrária

■ Acelerar a tramitação dos processos contra os mandantes dos assassinatos dos trabalhadores e líderes rurais

## Direitos Trabalhistas

No meio rural, os trabalhadores rurais se vêem numa verdadeira encruzilhada: desemprego ou escravidão. Os contratos coletivos e a legislação trabalhista são desrespeitados, o Poder Público é omissivo na fiscalização, a prática do trabalho escravo avança. Somente em 94, 25.193 pessoas foram vítimas da escravidão. Mais de 4,4 milhões de crianças, entre 10 e 17 anos de idade, trabalham mais de 40 horas semanais na zona rural.

### Nossas propostas

□ Fiscalização rigorosa do cumprimento da legislação e acordos trabalhistas;

□ Ação integrada entre Receita Federal, Previdência Social e Ministério do Trabalho nas agroindústrias, agropecuárias e outras empresas rurais para coibir a sonegação fiscal, previdenciária e encargos trabalhistas;

□ Apuração e punição dos empregadores que recorrem à mão-de-obra escrava na área rural, com especial atenção para os setores canavieiros e de produção de carvão;

□ Destinação dos recursos do FGTS para a construção de habitações populares na área rural;

□ Aprovação e execução imediata do Programa de Renda Mínima, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy, com especial atenção à necessidade de atendimento às famílias de trabalhadores rurais temporários;

□ Aumento gradativo do valor do salário mínimo, visando ao cumprimento do que estabelece Constituição (artigo 70, IV);

□ Programa educacional e profissionalizante adequado à realidade do homem do campo.

□ Desprivatização dos recursos do Programa de Assistência Social (PAS) do setor sucroalcooleiro e criação de conselho administrativo paritário, em âmbito nacional, que controle os repasses aos municípios. Fiscalização, por intermédio de conselhos municipais, da sua aplicação em programas de assistência social, educacional e de formação profissional para crianças e de saúde para o trabalhador rural;

□ Criação de uma câmara de relações de trabalho, integrada pelas centrais sindicais, entidades patronais e representantes do estado, visando a definição de alternativas para a transição de um sistema democrático de relações do trabalho e de implantação do contrato coletivo de trabalho.

## Previdência

Antes mesmo de o Congresso Nacional discutir e votar a reforma da Previdência Social, o Poder Executivo decidiu cassar os direitos conquistados pelos trabalhadores rurais na Constituição de 88.

O governo insiste em acusar os trabalhadores rurais de fraudadores e de não contribuírem para a Previdência Social. Isto não é verdade. O governo sempre rejeitou todas as propostas dos trabalhadores para um efetivo controle dos benefícios e para a definição de políticas de recolhimento da sua contribuição.

### Nossas propostas

□ Manutenção de todos os direitos previdenciários dos trabalhadores (as) rurais garantidos na atual Constituição e, especialmente, a aposentadoria por idade, aos 60 anos para os homens e aos 55 anos para as mulheres, bem como o salário maternidade;

□ Garantia de um salário mínimo como piso para os benefícios pagos pela Previdência ou Assistência Social, preservando o seu valor real;

## Política Energética

A produção de energia elétrica é sinônimo de progresso e tecnologia. Mas é preciso questionar: quem se beneficia com a política energética adotada pelos sucessivos governos brasileiros?

As hidrelétricas não são implantadas para atender às necessidades da população e do desenvolvimento nacional. As hidrelétricas são sistematicamente construídas sem a menor preocupação social e ambiental, causando prejuízos às populações atingidas.

### Nossas Propostas:

◆ Cumprimento dos acordos firmados entre os atin-

□ Aplicação da Lei da Assistência Social;

□ Concessão dos benefícios que se encontram represados no INSS

□ Não reedição da Medida Provisória 598/94 e revogação da Ordem de Serviço 447/94 do INSS;

□ Aceitação das notas de comercialização da cooperativa juntamente com o comprovante do vínculo à mesma para os segurados especiais assentados em áreas de reforma agrária organizados em cooperativas de produção agropecuária;

□ Campanha para assinatura da Carteira de Trabalho e para o efetivo repasse à Previdência Social, promovida pelo INSS;

□ Aceitação dos comprovantes de serviços prestados na atividade rural como prova do exercício da atividade rural, garantindo aos assalariados do campo acesso aos direitos previdenciários;

□ Vinculação da contribuição previdenciária à produção pesqueira, garantidos os direitos previdenciários e trabalhistas.

□ Implantação, pela Secretaria de Fazenda, do bloco de notas do produtor rural, garantindo o seu acesso a todos os municípios;

gidos por barragens e as empresas do setor elétrico, especialmente nos casos de Itaparica, Sobradinho, Castanhão, Tucuruí, Balbina, Itá, Salto Caxias, Salto Segredo, Serra Mesa, Irapé e Porto Primavera.

◆ Suspensão dos projetos de aproveitamento hidrelétricos públicos ou privados enquanto não houver solução dos problemas sociais e ambientais causados pela construção destas obras.

◆ Não privatização do setor elétrico

◆ Criação de um programa de estudos das alternativas energéticas com participação acadêmica e da sociedade civil organizada.

◆ Que a Comissão Interministerial dê continuidade aos trabalhos iniciados em 1994 na região norte.

◆ Revisão do sistema tarifário